



**REPÚBLICA  
PORTUGUESA**

# **ORÇAMENTO DO ESTADO**

## **2016**

**Ministério do Ambiente**

- I. Medidas de Política e Eixos de Atuação**
- II. Principais Ações**
- III. Análise Orçamental**



# **I. Medidas de Política e Eixos de Atuação**

- Um orçamento que vai ao encontro da pluralidade de responsabilidades políticas do Ministério do Ambiente;
- Um orçamento que potencia o investimento financiado por fundos comunitários, as articulações com outros setores e as autarquias;
- Um orçamento que faz escolhas políticas:
  - Adaptação às alterações climáticas;
  - Promoção da mobilidade sustentável;
  - Valorização do território fazendo das áreas protegidas ativos estratégicos;
  - Resolução de problemas em setores básicos como a qualidade das massas de água;
  - Promoção da gestão eficiente de sistemas;
  - Melhoria da articulação dentro da Administração;
  - Procura da sustentabilidade económica e financeira das políticas do Ministério do Ambiente:
    - a) Transportes coletivos;
    - b) Setor da Água;
    - c) Conservação da natureza;
    - d) Adaptação climática.



# I. Medidas de Política e Eixos de Atuação

## 1. Sustentabilidade Ambiental

### 1.1 *Proteção e Gestão Ambiental*

Reforçar os mecanismos de inspeção, de inquérito e de auditoria



- Desenvolver orientações para harmonizar, articular e integrar a legislação com **maior responsabilização das empresas**;
- Reforçar os meios da Administração Pública em matéria de **fiscalização sucessiva**;
- Implementar o **cadastro nacional de contraordenações ambientais e do ordenamento do território**.



# I. Medidas de Política e Eixos de Atuação

## 1. Sustentabilidade Ambiental

### 1.2 *Serviços Urbanos de Água e Saneamento*

Um novo olhar sobre os sistemas que resolva os  
seus verdadeiros problemas  
(localizados no âmbito Municipal)



- **Reflexão sobre o organização do setor (Alta)**, revertendo o processo das fusões dos sistemas multimunicipais, que aconteceram contra a vontade das Autarquias, em articulação com os municípios;
- Promover a resolução dos principais constrangimentos do setor, incentivando as entidades gestoras para a **exploração e a gestão do ciclo urbano da água**;
- Melhorar a articulação entre os principais intervenientes, promovendo o **cumprimento da legislação e contratos**, incluindo a resolução dos contenciosos comunitários decorrentes da Diretiva das Águas Residuais Urbanas (DRAU);
- Reforçar e harmonizar os **mecanismos de garantia da acessibilidade económica aos serviços de águas**.



# I. Medidas de Política e Eixos de Atuação

## 1. Sustentabilidade Ambiental

### 1.3 Recursos Hídricos

Manter a gestão integrada dos recursos hídricos,  
como forma de proteger e valorizar os  
ecossistemas



- Aprovar o **Plano Nacional da Água** (PNA), bem como a conclusão e aprovação do segundo ciclo dos **Planos de Gestão de Regiões Hidrográficas** (PGRH);
- Elaborar os primeiros **Planos de Gestão de Riscos de Inundação** (PGRI);
- Reavaliar o **Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água**;
- **Monitorizar as massas de água**, em termos de quantidade e de qualidade;
- Reavaliar o **Plano Nacional de Barragens**;
- Reavaliar os pressupostos de aplicação da Taxa de Recursos Hídricos.





# I. Medidas de Política e Eixos de Atuação

## 1. Sustentabilidade Ambiental

### 1.4 Litoral

Reduzir a vulnerabilidade e o risco nas zonas costeiras



- Dar prioridade às ações previstas no **Plano de Ação de Proteção e Valorização do Litoral**;
- Prorrogar a **duração das sociedades Polis**;
- Desenvolver uma solução **integrada, colaborativa e participativa para a gestão do Litoral**;
- Promover o conhecimento técnico e científico sobre as dinâmicas do Litoral, incluindo a **monitorização sistemática da faixa costeira**;
- Reavaliar a **Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira**.



## 1. Sustentabilidade Ambiental

### 1.5 Resíduos

- Incentivar o cumprimento das ações e metas estabelecidas no **Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2020** em articulação com o **Plano Nacional de Gestão de Resíduos**;
- Dar prioridade a uma **política de resíduos ativa**;
- Priviligiar a política dos 3R's;
- Contribuir para o **desenvolvimento de infraestruturas verdes**;
- **Incentivar a compostagem** para incrementar o desvio de resíduos urbanos biodegradáveis de aterro;
- Criação das **Guias Eletrónicas de Acompanhamento de Resíduos (eGAR)**.



Gestão estratégica de  
resíduos

## 1. Sustentabilidade Ambiental

### 1.6 Conservação da Natureza e da Biodiversidade

Promover as áreas protegidas e classificadas  
como ativos estratégicos do território



- Divulgar as **potencialidades das áreas protegidas e dotá-las de novas valências**;
- Desenvolver a marca Natural.PT;
- Adotar **boas práticas de florestação nas áreas protegidas**;
- Desenvolver **Planos de Gestão Florestal e Planos de Utilização dos Baldios**;
- Implementar um modelo de acompanhamento da **Estratégia de Conservação da Natureza e da Biodiversidade para o horizonte 2020**;
- Desenvolver ações de monitorização de espécies e habitats e elaborar **Planos de Gestão de Zonas Especiais de Conservação (ZEC)**.



# I. Medidas de Política e Eixos de Atuação

## 1. Sustentabilidade Ambiental

### 1.7 Ordenamento do Território

Colocar o ordenamento do território ao serviço  
do desenvolvimento



- Reversão dos Planos Regionais de Ordenamento do Território em Programas Regionais;
- Implementar um **Sistema Nacional de Informação Cadastral**;
- Desenvolver e consolidar os **sistemas de informação geográfica**, no âmbito da implementação da Diretiva INSPIRE, da criação do cadastro das zonas de perigosidade dos estabelecimentos SEVESO, a cartografia das áreas de ocorrência dos habitats da Rede Natura 2000 com estatuto de proteção, o alargamento da iniciativa iGEO;
- Reforçar a **utilização de novas tecnologias** na produção e atualização de informação geográfica.



# I. Medidas de Política e Eixos de Atuação

## 2. Transportes e Mobilidade Urbana

Maior e melhor mobilidade, com respeito pelo ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável



Adoptar de medidas de mobilidade orientadas para a **eficiência energética** e para a **transferência modal**

- Anular os **processos de subconcessão** (AMP e AML);
- Aumentar a oferta de serviço público nos **transportes coletivos**;
- Alargar as **políticas de apoio social**;
- Adotar estratégias intermodais que favoreçam a utilização do **transporte coletivo**, a integração dos modos suaves e do transporte individual partilhado na cadeia de deslocações;
- Implementação de novos conceitos de mobilidade, incluindo os **modos suaves** e os novos serviços que o mercado oferece (*carsharing*, *bikesharing* ou soluções de transporte flexível).

# I. Medidas de Política e Eixos de Atuação

## 2. Transportes e Mobilidade Urbana

Maior e melhor mobilidade, com respeito pelo ambiente, contribuindo para o desenvolvimento sustentável



Adoptar de medidas de mobilidade orientadas para a **eficiência energética** e para a **transferência modal**

- Incentivar os novos conceitos de mobilidade sustentável considerando **medidas de gestão da via pública**;
- Promover soluções ajustadas às necessidades de mobilidade das populações em territórios de baixa densidade (**sistemas de transportes flexíveis**);
- Retomar a aposta na **mobilidade elétrica**;
- Dar prioridade à inovação ao nível dos **sistemas de informação ao público e de bilhética**, bem como à criação de sistemas de suporte às **atividades de regulação** e das **funções de autoridade** no setor dos transportes coletivos.

## 3. Reabilitação Urbana e Habitação

Prioridade à reabilitação urbana, em detrimento da construção nova, promovendo a eficiência energética



- Definir e implementar um **Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado**;
- Dar prioridade à **reabilitação urbana nos centros históricos e em zonas urbanas e periurbanas degradadas**, carecidas de um esforço sério de requalificação e com um défice de equipamentos ou serviços essenciais;
- **Favorecer a reocupação dos centros urbanos**, melhorando a qualidade de vida de segmentos socioeconómicos fragilizados;
- Potenciar um aumento da resistência sísmica e a melhoria da eficiência energética do edificado.

## 3. Reabilitação Urbana e Habitação

### Habitação Social e Acessível



- Promover a **fixação nos centros urbanos de famílias jovens** e outros agregados com rendimentos médios;
- Reforçar o conceito de “**habitação acessível**”, de promoção pública ou praivada, para dar resposta às novas necessidades habitacionais da população;

- Alargar a **oferta de habitação para arrendamento**, na qual os senhorios deverão praticar valores de rendas moderados dirigidos à **classe média**;
- Intensificar a oferta de **habitação social** dirigida a famílias de baixos rendimentos, com rendas calculadas com base no seu rendimento e não nas características do alojamento.





## II. Principais Ações

### 1. Mobilidade Elétrica

- **Aquisição de veículos elétricos e híbridos *plug-in*** através da redução ou isenção do ISV - revisão das taxas com uma atualização da componente da cilindrada em 3% e aumentos na componente ambiental em regra superiores a 20%, exceto nos veículos a gasóleo e a gasolina de baixas emissões (até 95g de CO<sub>2</sub>/km);
- Mantém-se a **correlação entre o valor do IUC e do ISV e as emissões de CO<sub>2</sub>**, incentivando os veículos menos poluidores;
- Foi prolongado o **incentivo ao abate de veículos em fim de vida** - atribuição de subsídio a quem compra um veículo elétrico em contrapartida pela eliminação de um carro poluente do mercado;
- **Instalação de uma rede piloto da mobilidade elétrica com pontos de carregamento rápidos** - que foi descontinuada pelo Governo anterior;
- Outras medidas de **regulação ao acesso e ao exercício de atividades** da mobilidade elétrica.

### 2. Transportes Coletivos

- **Aposta na equidade e promoção do acesso ao transporte público**, apoiando o setor com **55 M €** em compensações tarifárias:
  - Pagamento de dívidas em atraso de 2014 e 2015 para compensação do título intermodal a operadores privados pela atribuição de passe social - **13,5 M €**;
  - Pagamento de compensações tarifárias e indemnizações compensatórias às empresas prestadoras de serviço público - **7 M €**;
  - Garantir o apoio ao tarifário social Andante - **4 M €**;
  - Garantir a manutenção do passe social + nos sistemas intermodais de Lisboa e Porto - **8,5 M €**;
  - Garantir o alargamento do passe social + a todo o País - **7 M €**;
  - Manter a proteção dos jovens mais vulneráveis em todo o País (passe 4\_18 e Sub23) - **15 M €**;
  - Capacitação das AM de Lisboa e Porto, CIM's e municípios não integrados naquelas - **5 M €**.
- **Aumentar a oferta de serviço público nos transportes coletivos**, mediante a possibilidade de aumentar os quadros de pessoal das empresas públicas de transportes, através da contratação de motoristas.

### 3. Habitação e Reabilitação Urbana

Ampliação do arrendamento de habitações transferidas para o IHRU ao regime de renda condicionada

Assegurar um montante de 5,8 M € para amortização do empréstimo BEI ao IHRU

Assegurar a contratação de um empréstimo de 140 M € junto do BEI e do CEB (*Council of Europe Development Bank*) para efeitos de reabilitação urbana através do IFRRU

O valor dos empréstimos contraídos pelas autarquias locais para reabilitação e revitalização dos centros urbanos destinam-se exclusivamente ao financiamento da contrapartida nacional de projetos com comparticipação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) ou de outros fundos de apoio aos investimentos inscritos no orçamento da União Europeia e o valor das subvenções reembolsáveis ou dos instrumentos financeiros **não contam para efeitos do apuramento da dívida total dos municípios.**

### 4. Programa Operacional SEUR

Aviso - Março 2016

Setor da Água  
100 M €

Rede “em Baixa” de  
Abastecimento de Água  
e de Drenagem de  
Águas Residuais  
70 M €

Rede “em Alta” de  
Abastecimento de Água  
30 M €

Aviso - Fev. e Abr.  
2016

Proteção do Litoral  
34 M€  
(Previsão)  
+  
22 M€ (lagoas  
costeiras)

Aviso - Abr. 2016

Renovação da frota  
dos transportes  
coletivos

40 M €

Aviso - Abr. 2016

Zonas Inundáveis

25 M €



## III. Análise Orçamental

## P016 - Programa Ambiente

Despesa total consolidada 2016: 1.707,1 M €

+ 26,8 % face à estimativa de 2015

Base comparável  
(Sem Energia e com  
Transportes)

(milhões €)

	2015	2016	Variação (%)	Estrutura 2016 (%)
	Execução Provisória	Orçamento Ajustado		
<b>Estado</b>	46,4	87,7	88,8	9,3
1. Atividades	22,2	58,4	163,1	6,2
1.1. Com cobertura em receitas gerais	19,1	54,9	188,1	5,8
Funcionamento Sentido Estrito	19,1	20,3	6,7	2,2
Dotações Específicas		34,6		3,7
Adicional ao ISP		27,8		3,0
Subsídios e Indemnizações Compensatórias		6,8		0,7
1.2. Com cobertura em receitas consignadas	3,2	3,5	12,2	0,4
2. Projetos	24,2	29,2	20,6	3,1
2.1. Financiamento nacional	9,4	23,1	145,3	2,5
2.2. Financiamento comunitário	14,8	6,1	-58,8	0,6
<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	191,4	249,5	30,4	26,6
<b>Entidades Públicas Reclassificadas</b>	540,8	601,9	11,3	64,1
Consolidação entre e intra-subsetores	22,3	69,3		
<b>DESPESA TOTAL CONSOLIDADA</b>	1.346,8	1.707,1	26,8	
<b>DESPESA EFETIVA</b>	756,3	869,8		
Por Memória				
Ativos Financeiros	43,0	96,0		
Passivos Financeiros	547,5	741,3		

Financiamento comunitário só reflete projetos afetos a serviços integrados (DGT e SG-POSEUR)

A variação do *plafond* resulta das indemnizações compensatórias (IC - 2,8 M€) e da cobrança do ISP (27,8 M€) dos transportes

Redução dos Fundos ocorrida na DGT (8,8 M€), pelo encerramento do POVT em 2015

Aumento dos empréstimos das Empresas dos Transportes (194 M€)

## P016 - Programa Ambiente

### Despesa por Entidade:

SERVIÇOS DO MINISTÉRIO	Orçamento Ajustado 2015	Orçamento Aprovado 2016	Orçamento Ajustado 2016	Δ Orça. Ajustado 2016/2015 (Valor)	Δ 2016/2015 (%)
	c/Transp s/Energia				
GAB. MINISTRO DO AMBIENTE (ex-GAB. MAOTE)	1 055 649	1 130 000	1 106 324	50 675	4,8%
GAB. SEAA (inclui S.E.Energia em 2015)	768 203	823 000	797 618	29 415	
GAB. SEA	768 962	823 000	803 043	34 081	4,4%
GAB. SEOTCN	782 186	833 000	808 469	26 283	3,4%
SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DO AMBIENTE	26 457 250	25 445 065	24 793 848	-1 663 402	-6,3%
POSEUR	6 679 709	7 000 189	6 926 994	247 285	3,7%
SECRETARIA - GERAL ATIVIDADES	12 618 188	11 674 114	11 096 092	-1 522 096	-12,1%
UNIDADE NACIONAL DO MECANISMO FINANCEIRO DO EEE	213 982	0	0	-213 982	-100,0%
SISTEMA DE REQUALIFICAÇÃO	1 000	0	0	-1 000	-100,0%
INDEMNIZAÇÕES COMPENSATÓRIAS	6 944 371	6 770 762	6 770 762	-173 609	-2,5%
RESERVA ORÇAMENTAL	3 000 000	984 456	0	-3 000 000	-100,0%
DIREÇÃO-GERAL DO TERRITORIO	22 188 791	7 757 802	7 757 802	-14 430 989	-65,0%
IGAMAOTE	6 311 865	6 029 986	5 818 464	-493 401	-7,8%
CNA	60 626	70 000	70 000	9 374	15,5%
CNADS	152 982	165 000	162 458	9 476	6,2%
APA, I.P. - Transf - OE	5 995 983	6 320 000	6 320 000	324 017	5,4%
FPC - Transf OE	0	27 800 000	27 800 000	27 800 000	
IHRU - Transf OE	6 118 460	11 412 305	11 412 305	5 293 845	86,5%
<b>SERVIÇOS INTEGRADOS</b>	<b>73 660 957</b>	<b>89 593 614</b>	<b>87 650 331</b>	<b>13 989 374</b>	<b>19,0%</b>